

Este trabalho tem por objetivo conhecer como se configura o processo de internação compulsória de adolescentes usuários de droga. Este estudo é derivado do projeto de pesquisa “A Relação entre Justiça e Saúde Mental no Contexto dos Adolescentes Usuários de Droga” do núcleo de estudos em políticas e tecnologias de subjetivação contemporânea, e-politics. Para isso, realizamos o mapeamento das baixas do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) referentes às internações de adolescentes no Centro Integrado de Atenção Psicossocial – CIAPS, durante o período de julho de 2008 a junho de 2011 a fim de identificar os prontuários de adolescentes internados por medida compulsória. O número de medidas judiciais de internação que chega especificamente ao CIAPS é tido como referência tanto para o Sistema de Justiça, quanto para a população, que através das comunidades, famílias e até mesmo dos usuários de drogas intercede junto ao Judiciário por acesso ao atendimento nesse serviço. Em um primeiro momento fizemos o levantamento de todos os documentos presentes nos prontuários de internação, desde o primeiro atendimento, até a saída do jovem da instituição para, posteriormente, analisarmos nesses materiais as justificativas das internações e as ações de cuidado e acompanhamento desses jovens. Através das análises realizadas evidencia-se um movimento de psiquiatrização dos problemas sociais no qual se estabelece uma aliança entre o saber psi e as estratégias de segurança pública. O Sistema de Justiça tem buscado a internação como resposta aos problemas sociais que circundam jovens em situação de rua, abandono/negligência familiar, pobreza, marginalização e drogadição. Esta última tem se constituído como um mecanismo que invisibiliza a complexidade das demais questões e situa no indivíduo a responsabilidade de mudança. Desta forma, o contexto social é traduzido e reduzido a uma psicopatologia que justifica e legitima a internação psiquiátrica. A partir disso, procuramos problematizar a relação entre os campos da Saúde Mental e do Sistema de Justiça como efeito do significativo aumento no número de internações psiquiátricas via ordem judicial.